

ebra a subvencão da Prefeitura Municipal de São Paulo. Disse que havia in-
 bidades no município com a unidade partidária que tinham privilégio, mas
 que a subvencão que não devia obedecer ao Governo era penalizada por
 recebendo a subvencão devidamente aprovada pela Casa Legislativa. Con-
 nuando, comentou sobre o projeto de lei de sua autoria, dispondo sobre a regu-
 lamentação do sistema bancário quanto as cobranças de taxas bancárias, abzi-
 nas que pagaram de supresso os consumidores, que cada vez mais enriquecem os
 bancos. Disse que tal projeto obrigaria os bancos a stamparem nos folhetos de inba-
 da a relação de todos os taxas cobradas por eles. Disse que, o Conselho Bancá-
 rio Nacional naquela data bancária revelara congelando as tarifas banca-
 rias por seis meses e redução de 5% tarifas para 20, esse fato já era
 que o cliente bancário ficava desorientado com tantas taxas. A diante de tal
 apelo ao Nobres para no sentido do que o projeto de sua autoria fosse aprova-
 do, no que ingresseu sua fala. Mas havendo mais oradores em aberto para o uso
 da tribuna, o Senhor Presidente comentou não haver numero regimental para
 a deliberacão das materias no regimto de discussão e ordem do dia, encerrando
 a sessão a presente 12:30 em nome de Deus. Para constar, mandou que se
 lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação plenaria,
 e aprovada, dita assinada para que produza seus efeitos legais.

Luiz Stumpf

Ata de Sessão Extraordinária de 2007
 Número 111 do Conselho Municipal de São Paulo, realizada
 no dia 11 (onze) de dezembro de ano de
 2007 (dois mil e sete).

As dez e horas do dia 11 (onze) de dezem-
 bro de ano de 2007 (dois mil e sete) sob a presidência do vereador Luis Lyraldo
 Almeida de Azevedo, com a comparecência do número de vereadores "ad hoc" pelo vereador
 Luiz Stumpf e outros, reuniram unanimemente o Conselho Municipal de São
 Paulo. Aos dez e horas, responderam a chamada regimental os seguintes vereadores:
 Luis Almeida de Azevedo, Alexandre Luis San'Anna, Alfredo Luis do Carmo, Francisco

mil

Jânio do Santo Bonifácio, Indagação do Arcebispo, João Henrique Sprui de São Paulo,
 seu bacharel de Direito, João Rodrigues de Sá, João Rodrigues da Silva, João Rodrigues
 no representado, o Senhor Residente declarou que a presente Decisão em nome de Deus
 e seguiu, se lê e aprovada a seguinte Lei: Lei de Delegação, Suas Deliberação
 do Município, seu texto legal. E seguiu, o Senhor Residente após o cumprimento de
 não representado referiu ao Senhor Município e a Lei de Expediente que cons-
 tava de seguinte: Indagação de nº 125/2007 - Virador João do Santo Bonifácio, assunto: Con-
 sideração de Utilidade Pública Municipal e Encargos do Salário de Despesas Espe-
 ciais de Cabaço. - Indagação de nº 126/2007 - Virador João Rodrigues
 da Silva, assunto: Consideração de Utilidade Pública Municipal e Grupo Escolar de Comun-
 icação Pública Municipal e Inclusão Social. Indagação nº 154/2007 - Virador
 João do Santo Bonifácio, assunto: requer ao Sr. Senhor Governador do Estado
 do Rio de Janeiro a implantação de uma escola no bairro de São João. Indagação
nº 183/2007 - Virador João da Silva de Azevedo, assunto: solicita ao Sr. Senhor Prefeito
 Municipal a criação de uma delegação no 2º distrito de Cabaço, na estrutura
 da Prefeitura Municipal de Cabaço. Indagação nº 193/2007 - Viradora Lúcia Schwindt
 Cavalli, assunto: solicita ao Sr. Senhor Prefeito Municipal utilização de terreno para
 construir o templo de madeira no Bairro de Cabaço. Indagação nº 194/2007 - Virador
 João Rodrigues da Silva, assunto: solicita ao Sr. Senhor Prefeito Municipal obras
 de extensão de esgoto, saneamento básico, iluminação pública, para o bairro
 de Cabaço, visto localizada no bairro de Cabaço. Indagação nº 195/2007 - Viradora Lúcia Schwindt
 Cavalli, assunto: solicita ao Sr. Senhor Prefeito Municipal a construção de rede
 de esgoto para o bairro de Cabaço, Bairro São João, no Município. Indagação nº 196/2007
 Viradora Lúcia Schwindt Cavalli, assunto: solicita ao Sr. Senhor Prefeito Municipal
 colocação de uma praça para regular o trânsito de rua Samuel Pinheiro e Albon Ben-
 das. Indagação nº 197/2007 - Viradora Lúcia Schwindt Cavalli, assunto: solicita ao Sr.
 Senhor Prefeito Municipal obras para implantação de dispositivos de segurança (cama-
 ras, passarela ou redutores de velocidade) para a Av. Albon Benidas, próximo ao
 Mercado de Feijo, Bairro São João. Indagação nº 198/2007 - Virador João do Santo Bonifácio de
 Azevedo, assunto: solicita ao Sr. Senhor Prefeito Municipal parcerias e urbanização
 de determinados ruas localizadas em Cabaço, 2º distrito de Cabaço. Indagação nº
199/2007 - Virador João do Santo Bonifácio de Azevedo, assunto: solicita ao Sr. Senhor Prefe-
 to Municipal a construção de obras comunitárias na localidade de Cabaço, im-
 manente a Lei de Expediente, o Senhor Residente sancionou a Lei nº 100

dois, mais. Deixou o Tribunal como primeiro Orador e, em seguida, o Vereador
Sênior do Santo Spirito, que inicialmente convidou a todos os presentes para
o lançamento de seu pa-candidatura a Prefeitura da Cidade de Cabo Frio no
dia seguinte. E pediu, disse que no certo os formadores de opinião seriam fa-
vor de permanecer para a vitória nas próximas eleições, mas o poder, conde-
ro disse que, com relação ao grupo político que questionava o paradigma de
quinhentos milhões de reais que desapareceram na gestão do governo atual,
tais pessoas deveriam voltar o olhar para o último doze anos de governo
que, em muito deixaram a desejar e milhões foram desperdiçados. Disse
o depar "qual estava o estado da cidade em cada viz mais do que, poderia
de uma exatidão de seis mil, onde o estado havia o meio do próprio sala-
rio e a existência do poder do Estado na manutenção para o garantir a qualidade
de vida em todos os setores disse ainda, que não conseguia compreender o motivo de
a educação não ter prioridade do poder público. Disse a seguir, que no atual go-
verno era notório o aumento armado na construção de estradas, pontes e via-
duas, esquecendo-se da vida humana diante disso que o desprezimento de
uma sociedade nova, sempre seja possível quando a cidade não consiga e
livesse para tomar seus deuses, trazendo, que o atual governo municipal não
deveria uma nova conduta de vida as pessoas, honra era através e ultrahabituada
e que era inultraminável que após doze anos de estagnação do serviço público, o
município ainda deveria ocupar a Universidade pública que estava instalada
no município. Afirmando, que as obras de Cabo Frio, na cidade vizinha de Rio
das Ostras, a Universidade pública estava sendo implantada de maneira
um prédio próprio, continuando disse que um cidadão o procuraria para recla-
mar que não conseguia resolver o cartão cidadão que deveria ser à compra da
fatura com a um vigi, que ao invés de ser a universidade, por se formado de que estivesse
a construção do cartão magnético que estava sendo produzido na Zona Franca de Lou-
reano, observou que de próprio arroubado que o sistema não tinha, mas que mi-
lhões foram gastos na propagação do cartão cidadão e naquele momento somi-
a uma parte da população com quem se estava aquele privilégio. Falou e re-
quis de seu partido político, afirmando que jamais tinha medo de expressar
suas opiniões e que o sistema não era para ele, uma escola, que somente tinha ca-
lidade quando começava a ir para além dos paredes do câmara o que se reali-
zava no mesmo momento, reiterou que no diversas vezes o presidente do

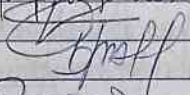
UFF estariam presentes na Casa e tinham com o problema um relação ser parcialmente
 negativa o que era inadmissível, no que inurou a situação. O requer, ocupou a Tribuna
 o vereador Alfredo Gonçalves que após as considerações de praxe, pôs em sua sequência as
 demas anteriores, destacando que estivera naquela ocasião integrando uma Com. de
 Inq. ao Presidente do Poder Judiciário Brasileiro de Volupol, Senhor An. Graça, na Cidade
 de Rio de Janeiro. Onde, que se iniciou de oratória as formas contínuas de que o d.
 Senhor An. Graça pretendia realizar mais viagens em todo Rio, o que por enquanto
 comendado em entrevista a mídia nacional. Continuando, disse que com relação ao
 discurso do vereador Júlio Band, de se farto que o mesmo trouxe tanto em sua nova
 empreitada como o negativo. Adiante, disse que quanto a numeracao dos obras
 e seu custo, o vereador falou bastante de que o Estado não seria somente de
 ensino, mas de educação e saúde, assim comparou quanto era incoerente, pois que
 muito se falou de precatórios, de aluguel do documento dos royalties, e tal fato
 se deu em virtude de que diante da falta de gratia mulheres do Rio, todo o dia
 muito previsto no ano anterior para se fazer, assim, era necessário manobrar por
 meios para fazer coisas de uma Secretaria para que se disse que era necessário mu-
 ltas possibilidades com o Estado público, o que se deu e exemplo de comportamento e
 assistência disse que todo subiu que administrar um ente público era muito compli-
 cado, em decorrência de diversidade de entes, leis e da própria política. Explicou
 que se quer, que tanto o vereador falou como exemplo de vida pública e de moral
 e estudo certo de que o mesmo compreendia o importante papel, e zelo, o importan-
 te momento político pelo qual passava o Município de Cabo Frio dirigindo-se
 alguns da UFF presentes na Assembleia, respondeu que mais uma vez colocava na
 disposição para que tanto as instâncias tinham de lidar o problema daquela insti-
 tuição, tanto a falta de apoio do Prefeito do Município Municipal, no que inurou na
 falta de requer, ocupou a Tribuna o vereador Adan Cândido de Aguiar que in-
 cialmente recebeu a todos os presentes. O requer, disse que atualmente na região um
 jornal que divulgava a concessão do Diploma de Graduação Estadual Cabano, da
 reunião de Rio dos Ochos. Onde, que entrou em contato com o mesmo e obteve
 informações de que tinha por perspectiva pelo Tribunal de Contas do Estado, mas
 que já estava ficando proibido em Brasília. Onde, que tal processo não ha-
 via sido revisto, no que inurou que não há mais condições, mesmo para
 o uso do Tribunal, o Senhor Wendel conduziu o trabalho para o Senhor João
 Nilton e para, foram encaminhados para a Comissão de Contas e Justiça para que

a mesma emulsião parecer em prazo regimental nos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 125/2007, 126/2007 foram aprovados o requerimento nº 125/2007 e as Indicações nº 142/2007, 144/2007, 145/2007, 146/2007, 194/2007, 198/2007, 199/2007 foi retirada pelo autor a Indicação nº 183/2007. Nada mais havendo a fazer, o Senhor Vereador encerra o presente sessão em nome de Deus, e para contar mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Municipal, aprovada, será emulado para que produza seus efeitos legais.

✱ 

Ata da Delegatima Juvenal Jesus Delinaria do número 2110 da delegacia da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 13 (treze) de dezembro do ano de 2007 (dois mil e sete).

Os demais horas do dia 13 (treze) de dezembro do ano de 2007 (dois mil e sete) sob a presidência em nome do vereador Alcides José Sant'Anna e com a ausência do número 2110 "ad hoc" pelo vereador Jairo do Santo André, reuniu-se voluntariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio não havendo requerimentos para a chamada regimental, o Senhor Vereador encerra o presente sessão em nome de Deus, e para contar mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Municipal, aprovada, será emulado para que produza seus efeitos legais.

✱ 

✱ Ruth Sônia Magalhães

Ata da Delegatima Juvenal Jesus Delinaria do número 2110 da delegacia da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 13 (treze) de dezembro do ano de 2007 (dois mil e sete).

Os demais horas do dia 13 (treze) de dezembro

